

GÊNERO, PATRIARCADO, VIOLÊNCIA

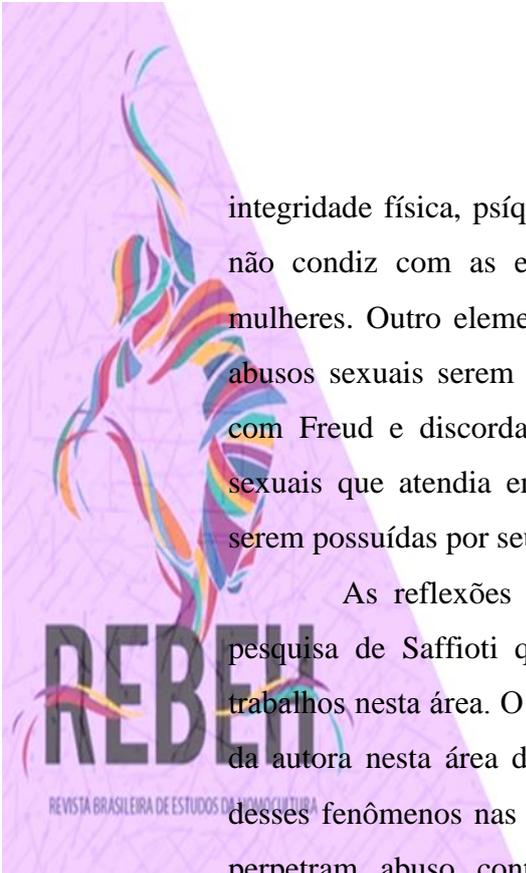
Renata Gomes da Costa¹

O livro *Gênero, patriarcado, violência* de autoria da feminista marxista Heleieth Saffioti foi reeditado pela Expressão Popular, em 2015. É uma produção fruto da participação da autora na pesquisa da Fundação Perseu Abramo intitulada “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, realizada pelo Núcleo de Opinião Pública (NOP) em 2004. O tema central de *Gênero, patriarcado, violência*, como bem destaca a autora no primeiro parágrafo da introdução, é a violência contra as mulheres. Para tal, divide sua exposição em quatro capítulos nos quais trata de temas extremamente pertinentes para analisarmos a violência. O debate do patriarcado é um elemento central que nos possibilita uma análise dos fundamentos desse fenômeno, a partir do nó tratado pela estudiosa entre capitalismo-racismo-patriarcado. Ainda na introdução, Saffioti ressalta a importância de um debate feminista articulado a um projeto de transformação da sociedade.

No capítulo intitulado *A realidade nua e crua* está dividido nos seguintes tópicos: o conceito de violência; o tabu do incesto; gênero, raça/etnia, poder. No início do capítulo, em seu diálogo com teóricos como Guattari, Rolnik e Foucault, retoma a ideia essencial do livro a relação dialética entre o plano ou nível micro e macro, considerando que temos macroprocessos e microprocessos operando em malhas finas e grossas. Estes são um o avesso do outro e não níveis distintos e sem articulação dialética como coloca os referidos autores. Nessa parte, também retoma aspectos do capital financeiro. Aponta as décadas de 1950-1960 no Brasil para adentrar em aspectos da lógica da dominação-exploração entre países e classes sociais. Critica as produções que desconsideram o debate sobre o imperialismo e sublinha aspectos sobre a relação entre violência urbana, desemprego e violência contra as mulheres.

No tópico “O conceito de violência” um dos elementos centrais que a autora retoma mais no final do livro é o entendimento popular da violência como ruptura da

¹ Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).



integridade física, psíquica, sexual e moral das mulheres. Para a autora essa definição não condiz com as expressões fundamentais do fenômeno da violência contra as mulheres. Outro elemento que desmistifica refere-se ao fato de sujeitos que sofreram abusos sexuais serem potencialmente futuros abusadores. No final do tópico dialoga com Freud e discorda de seu entendimento de que as mulheres vítimas de abusos sexuais que atendia em seu consultório expressaram, na verdade, suas fantasias em serem possuídas por seus pais.

As reflexões sobre abuso sexual e incesto estão presentes na trajetória de pesquisa de Saffioti que realizou estudo sobre abuso incestuoso e orientou alguns trabalhos nesta área. O tópico “O tabu do incesto” apresenta alguns debates do acúmulo da autora nesta área de pesquisa. Um elemento que merece destaque é a expressão desses fenômenos nas diversas classes sociais, por exemplo, os pais ricos e os pobres perpetram abuso contra suas filhas de forma diferente. Os primeiros usam de mecanismos mais sutis. Além do uso de contraceptivos para prevenir a gravidez. No caso dos homens pobres que violentam suas filhas, “(...) vai-se diretamente ao ato sexual, sem prolegômenos de nenhuma espécie: não há carícias, não há um avançar paulatino. Por estas razões, é brutal” (SAFFIOTI, 2015, p. 22). Além disso, a autora destaca que essas situações quando ocorrem com a população pobre são mais vistas nas estatísticas, já que violências e abusos na classe rica da sociedade contam com o sigilo e a cumplicidade da família para evitar as exposições e escândalos, o que camufla as situações e gera impunidades.

O último tópico do capítulo oferece um debate sobre gênero, raça/etnia e poder. Uma frase que evidencia a essência da análise da autora diz: “(...) o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual” (SAFFIOTI, 2015, p. 33). Essa afirmação nos oferece um caminho de análise que articula as diferentes categorias, que ao serem analisadas em relação, nos permite compreender a totalidade que envolve as relações sociais entre homens e mulheres e, mais do que isso, nos possibilita visualizar os elementos que estruturam nossa sociedade.

Nessa parte do texto, a estudiosa nos oferece uma reflexão sobre os atributos designados pela ordem patriarcal de gênero às mulheres e aos homens. As primeiras lhes são imputadas o uso da razão e o exercício do poder, sua socialização se embasa em comportamentos dóceis, cordatos e apaziguadores. A eles são estimulados o perigo, a agressividade, a força e a virilidade. Aqui vale realçar a reflexão que faz sobre a



solidão das mulheres negras que encontram inúmeras dificuldades de casar e manter uma família nos padrões nucleares burgueses.

O capítulo II, *Descobertas da área das perfumarias*, está dividido em: a mulher brasileira nos espaços público e privado; o conceito de gênero; violência contra as mulheres; o conceito de patriarcado; lesão corporal dolosa.

Em relação ao primeiro tópico a autora esclarece que a pesquisa sobre a violência contra as mulheres realizada pela Fundação Perseu Abramo teve como principal fruto a publicação de *A mulher brasileira nos espaços público e privado* e possibilitou descrever o perfil das brasileiras, as principais atividades que desenvolvem e os aspectos relacionados à violência sofrida.

Uma das conclusões da pesquisa refere-se à necessidade, naquele período, de tornar mais visível as modalidades de violência praticada com as mulheres, especialmente no que se refere a violência doméstica. A autora cita alguns dados da pesquisa que nos possibilita pensar as relações sociais de sexo. As mulheres entrevistadas ressaltaram como principal ponto positivo em ser mulher a liberdade que conquistaram, a inserção no mercado de trabalho e a independência financeira. Contudo, ao caracterizarem o ser mulher ainda atribuíam aos papéis tradicionais como o cuidado com os(as) filhos(as) e o marido. Parte das entrevistadas destacaram como algo negativo em ser mulher o trabalho extensivo que conjuga trabalho doméstico com trabalho exercido no mercado de trabalho.

No tópico sobre o conceito de gênero, Saffioti retoma a história deste conceito destacando sua crítica de que gênero não se resume a uma categoria de análise, mas é, também, uma categoria histórica que em sua definição se insere vários elementos como os símbolos culturais, as organizações e instituições sociais, a gramática sexual, as relações entre os sujeitos, dentre outros fatores. Ressalta que é um conceito em aberto por haver pouco consenso, bem como afirma sua posição em articular gênero e patriarcado a fim de sinalizar o vetor da dominação, deixando evidente que “(...) gênero é a construção social do masculino e do feminino (...)” e patriarcado como uma categoria que “(...) não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo” (SAFFIOTI, 2015, p. 49).

No tópico sobre violência contra as mulheres, a autora salienta dados da pesquisa que foi a base de referência para o livro. Pelos dados observamos que grande parte das mulheres, 43%, relataram ter sofrido algum tipo de violência, com destaque para violência física e psicológica. A pesquisa constatou que quase metade das mulheres



brasileiras tem a violência como um aspecto presente em seus cotidianos de vida, fato que permanece e se aprofunda na realidade brasileira mesmo após conquistas legais e institucionais no que se refere ao enfrentamento a violência contra as mulheres, a exemplo da Lei Maria da Penha e da Política de Enfrentamento a violência contra a Mulher².

Nesse tópico, a estudiosa explicita mais sua crítica ao conceito de violência contra as mulheres como ruptura da integridade física, psicológica, sexual, moral. Ao definirmos a violência nestes termos não a inserimos em seu lugar ontológico, mas na esfera individual. Além desses elementos, retrata casos de violência contra as mulheres que ganharam destaque na mídia. A pesquisadora se propõe a debater o conceito de patriarcado. Retoma o debate teórico realizado por Carole Pateman no livro *O contrato sexual* que defende a ideia de que o contrato social, a ideia original, é também sexual, sendo ambos patriarcais por produzirem o direito político, sexual e social dos homens sobre as mulheres. Saffioti retoma a referida autora por considerar que sua produção auxilia no entendimento do patriarcado como uma expressão do poder político, fazendo-nos entender que o pessoal é político.

Abordar o processo de dominação-exploração no qual estão inseridas as mulheres, a partir do debate do patriarcado, é, para a autora, uma forma de desnaturalizar as relações e desnudar o vetor do referido processo. Em síntese, patriarcado diz respeito a: uma relação civil e não simplesmente privada; ao processo que concede direitos sexuais, quase que de forma irrestrita, dos homens sobre as mulheres; um tipo hierárquico de relação que está presente em todos os espaços da sociedade; possui uma base material; corporifica-se; uma estrutura de poder baseada na ideologia da violência.

O último tópico do capítulo destina-se a debater a lesão corporal dolosa que, com base nos dados da pesquisa da Fundação Perseu Abramo, demonstra ser esse o crime mais cometido contra as mulheres. Na reflexão, Saffioti cita a Lei 9.099/95 que

² De acordo com uma matéria publicada pela revista Exame (2017), a partir de dados colhidos no Fórum Brasileiro de Segurança, no ano de 2017, a cada hora 503 mulheres brasileiras eram vítimas de violência. 12 milhões de mulheres sofreram violência verbal e 1,4 milhões espancamentos ou tentativa de estrangulamento. O Estadão divulgou, em sete de outubro de 2017, dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública que atestou que, em 2015, o Brasil registrou um estupro a cada 11 minutos. Disponível em <https://exame.abril.com.br/brasil/os-numeros-da-violencia-contra-mulheres-no-brasil/> <<http://emails.estadao.com.br/blogs/nana-soares/em-numeros-a-violencia-contra-a-mulher-brasileira/>>.



cria os Juizados Especiais Cíveis e Criminais que passaram a julgar os crimes de violência contra as mulheres e a decretar como pena pagamento de cestas básicas e/ou trabalho voluntário. Destaca ainda a necessidade de não patologizarmos a violência contra as mulheres e de debatermos alternativas que não se finquem apenas no cumprimento de penas, mas em ações preventivas, educativas e pedagógicas que envolvam toda a sociedade. A autora considera que as duas partes precisam de auxílio e que não se enfrenta a violência apenas por um dos lados, ainda mais a violência contra as mulheres, uma temática complexa que envolve afetos, conjugalidades e relações familiares.

O capítulo terceiro, com o título *Para além da violência urbana*, conta com os seguintes tópicos: o significado da violência; pontos de referência; violência doméstica; delegacia de defesas da mulher. Nele, Saffioti já evidencia a diferença entre violência de gênero, violência contra as mulheres, violência doméstica, violência familiar e violência intrafamiliar. A violência de gênero é um termo mais geral e deixa em aberto a possibilidade do vetor da dominação-exploração, enquanto os demais termos focam na presença masculina como vetor da violência. A familiar envolve membros de uma mesma família e leva em consideração os graus de consanguinidade e afinidade. A violência intrafamiliar extrapola os limites do domicílio, diferente da doméstica que tem lugar de domínio a casa e envolve membros da família que não necessariamente dividam a mesma moradia. Nesse processo de diferenciação, a autora faz questão de afirmar que os processos de violência não contam com a passividade das mulheres, pois de uma forma ou de outra sempre reagem às situações.

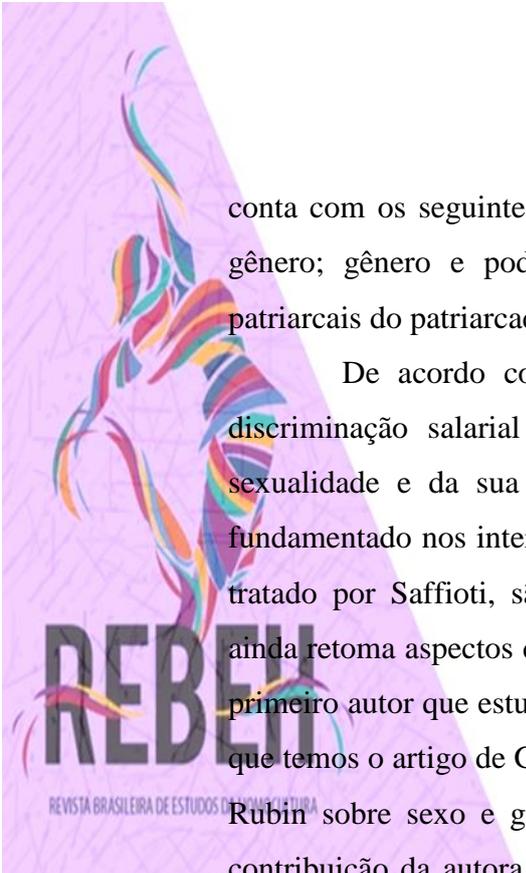
No tópico “O significado da violência”, a autora inicia explicitando que temos um processo de naturalização da violência contra as mulheres que ratifica o que ela denomina de pedagogia da violência que está atrelada a organização social de gênero baseada na virilidade como força-potência-dominação. Diante disso, a estudiosa nega a conceituação da violência que não parte do seu sentido ontológico e individualiza a questão. Dessa maneira, propõe trabalhar com o conceito de direitos humanos para debater a violência contra as mulheres, entendendo por violência tudo que viola os direitos humanos. Ressalta que não desconsidera que tais direitos foram cunhados por homens e para homens, pois tudo é feito sob medida para os homens. Porém, é possível problematizar e reconstruir o referido conceito.

Nesse tópico, evidencia uma das suas grandes contribuições para o feminismo e o debate das relações sociais de gênero, isto é, o nó entre gênero, raça/etnia e classe

como eixos estruturantes da sociedade. Considera que esta é formada por este nó que atua de forma imbricada e relacional. Além disso, apresenta seis pontos sobre a violência contra as mulheres elaborados a partir das reflexões empreendidas e da pesquisa junto a Fundação: 1) A violência doméstica ocorre geralmente em uma relação afetiva e, vida de regra, vai demandar intervenção externa. As mulheres não são cúmplices dos autores da violência, estes gozam de uma parcela infinitamente maior de poder na sociedade; 2) As mulheres lidam bem no terreno dos micropoderes e são colocadas a deriva da esfera dos macropoderes. Não existe uma esfera macro e uma esfera micro, mas sim uma malha grossa e uma fina que se inter-relacionam; 3) A violência de gênero inclui as modalidades familiar e doméstica e resulta de uma dada organização social de gênero que privilegia o masculino; 4) Não existem duas esferas separadas, uma destinada às relações interpessoais e outra às relações estruturais; 5) A violência de gênero é transclassista, está presente entre ricos e pobres; 6) É útil para o entendimento da violência de gênero o conceito de codependência, tendo em vista que esse tipo de violência tem lugar privilegiado nas relações afetivas.

Na sessão sobre “A violência doméstica”, Saffioti enfatiza que esse tipo de violência apresenta características específicas e que a mais relevante é o processo de rotinização. Em comparação com a violência urbana, a autora observa que a doméstica incide sempre sobre as mesmas vítimas e se torna algo habitual. Ela, avalia que as delegacias das mulheres, sofrem com a falta de capacitação dos(as) profissionais para o atendimento das mulheres em situação de violência e a falta de diretrizes a serem seguidas pelas delegacias, o que impede um atendimento de boa qualidade e mais organizado para os casos de violência. Ressalta, ademais, a necessidade de profissionais como psicólogas e assistentes sociais para oferecerem um atendimento social e psicológico às vítimas. Neste momento do texto, a autora defende a necessidade de uma política de enfrentamento a violência com as mulheres, com uma rede de serviços que comporte atender no âmbito jurídico, social e de saúde física e psicológica. Retoma os problemas da lei 9.099, que em sua análise revitimizou a mulher e “(...) legalizou a violência contra a mulher, em especial a violência doméstica” (SAFFIOTI, 2015, p. 98). O homem raramente cumpria pena por ter cometido violência contra sua companheira.

O último capítulo do livro intitulado *Não há revolução sem teoria* realiza uma síntese dos temas centrais do livro como gênero, poder e patriarcado. O foco maior do desta parte da produção é o debate sobre o patriarcado, pois essa é a categoria central da autora para entender as relações de gênero e a violência contra as mulheres. O capítulo



conta com os seguintes tópicos: a máquina do patriarcado; as origens do conceito de gênero; gênero e poder; gênero e patriarcado; gênero e ideologia; interpretações patriarcais do patriarcado; gênero x patriarcado.

De acordo com a autora, a base econômica do patriarcado consiste em: discriminação salarial das trabalhadoras; segregação ocupacional; controle da sua sexualidade e da sua capacidade reprodutiva. Essa lógica preserva um *status quo* fundamentado nos interesses dos homens que conjugado aos outros aspectos do novo tratado por Saffioti, são brancos, ricos e acrescentaríamos heterossexuais. A autora ainda retoma aspectos da história sobre as origens do conceito de gênero. Explica que o primeiro autor que estudou gênero foi Robert Stoller, em 1968, e que apenas em 1975 é que temos o artigo de Gayle Rubin. Saffioti aponta que o binarismo presente no texto de Rubin sobre sexo e gênero deve ser ponderado, sendo necessário apontar a grande contribuição da autora nesse debate. Sinaliza as contribuições do texto de Joan Scott, em 1990, e rebate as críticas dessa autora ao conceito de patriarcado. Saffioti afirma que patriarcado está longe de ser um conceito a-histórico, é uma engrenagem presente na base material da nossa sociedade. Evidencia as contribuições de Scott no debate sobre gênero e poder, contudo a critica por não entender o poder como constelado na direção da igualdade ou desigualdade entre os sexos.

Após essas análises, passa para o tópico “Gênero e poder”. Nesse, afirma a necessidade de considerar o poder nos estudos e debates de gênero, porém pondera que devemos pensar o poder democraticamente partilhado, gerando liberdade, mas, também, exercido discricionariamente, gerando desigualdades.

Além disso, destaca sua crítica ao debate de empoderamento das mulheres, por considerar que individualiza as expressões das relações de gênero e transforma as empoderadas em “mulheres-álibi, o que joga água no moinho do (neo)liberalismo: se a maioria das mulheres não conseguiu uma situação proeminente, a responsabilidade é delas” (SAFFIOTI, 2015, p. 121). A autora expõe, em sua obra, a necessidade de entendermos os processos de discriminação das mulheres em termos qualitativos e quantitativos e recorrermos à relação entre gênero, raça/etnia e classe para compreendermos a totalidade dos fenômenos que envolvem a ordem patriarcal de gênero. Portanto, para autora inicia afirmando que o patriarcado é um caso específico das relações de gênero, ou seja, as relações de gênero que temos em nossa realidade são engendradas pela ordem patriarcal. Ressalta que o controle é o valor central dessa ordem patriarcal. Afirma-se que o patriarcado serve aos interesses das classes



dominantes e que o sexismo não é simplesmente um preconceito, mas uma relação de poder que expressa preconceito. Afirma, ainda, que sexismo e racismo são irmãos gêmeos, por isso a necessidade de relacionar gênero, raça/etnia e classe no entendimento das relações sociais e da base material da sociedade.

Heleieth Saffioti fecha o livro com o tópico “Gênero x patriarcado”, que em seu início afirma que gênero se tornou um conceito mais palatável que patriarcado aos organismos internacionais como o Banco Mundial que só concede verbas a projetos com a terminologia gênero. A autora não desconsidera a categoria gênero, porém reivindica sua relação com patriarcado, pois tratar “(...) exclusivamente do conceito de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, ‘neutralizando’ a exploração-dominação masculina” (SAFFIOTI, 2015, p. 145).

O livro *Gênero, patriarcado, violência* é uma grande contribuição para os estudos feministas que se propõem a desvendar a lógica e a base material dos processos de dominação-exploração sobre as mulheres. O debate de violência e patriarcado realizado por Saffioti continuam imprescindíveis para compreendermos a base estrutural do capitalismo no Brasil e nos demais países latino-americanos que apresentam particularidades em suas formações econômico-sociais.

Referências

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

Recebido em: 10/08/2018

Aceito em: 01/10/2018